

A política educacional para o negro goiano: 1830-1930

CRISTIANE MARIA RIBEIRO

Doutora em Educação. Professora no Instituto Federal Goiano/Urutaí.

e-mail: Cristiane.maria@ifgoiano.edu.br



1. INTRODUÇÃO

Quando se deu de fato a inserção da população negra goiana no sistema educacional? O que está posto nas pesquisas que tratam do tema sobre o negro e a educação é que existe no Brasil uma enorme desigualdade em termos de resultados educacionais entre negros e brancos, porém, quando nos debruçamos na história da educação brasileira, o que percebemos é uma ausência de um recorte étnico-racial em suas análises.

Para explicar esta ausência, podemos descortinar vários motivos, entre eles, a existência de um eurocentrismo presente nas análises históricas, desembocando naquilo que Reis (2010, p. 22) chama de “racismo historiográfico”, porque, quando aborda os negros no processo de aquisição de conhecimento, essa abordagem é feita de forma estigmatizada e pejorativa. É perceptível a negação de todos os mecanismos de resistência criados por eles ao longo da história.

Fonseca (2007a) atribui a ausência de estudos historiográficos à própria dinâmica de constituição do campo de pesquisa da área. Para o autor, três correntes marcam a história da educação brasileira, compreendidas a partir de paradigmas teóricos subjacentes à maneira de construir a escrita, sendo elas: a tradicional, a marxista e a história cultural.

A conclusão do autor é de que cada corrente, à sua maneira, ignora a educação dos negros. A corrente tradicional traz uma análise em que “os negros são tratados como um grupo que, como trabalhadores servis, foi fundamental na construção do país, mas essas influências estão restritas ao mundo do trabalho e à capacidade de submeter-se ao comando e à ordem dos brancos” (Fonseca, 2007b, p. 23). Sendo assim, a população negra é enfocada à margem dos processos de escolarização.

Já a corrente marxista “dilui” os negros nas classes sociais, não os considerando como grupo que possui demandas específicas em relação à educação:

As mudanças que ocorreram na história da educação a partir da apropriação das teorias marxistas não permitiram uma modificação ao tratamento da questão racial e não foram capazes de retirar os negros da invisibilidade que se encontram nas narrativas oriundas de uma versão mais tradicional da historiografia educacional (Fonseca, 2007b, p. 28).

Fonseca (2007a, p. 40) conclui que, nas pesquisas de história da educação que têm como aporte teórico o marxismo, a educação é vista como fenômeno da superestrutura social, condicionada à base material da sociedade, e os “modelos explicativos são construídos a partir de uma confrontação dialética entre infraestrutura e uma tentativa de apreensão do movimento das classes sociais”. Por essa leitura, fixa-se, portanto, uma excessiva valorização da ideia de contexto histórico, conferindo grande destaque aos aspectos econômicos e políticos, sobretudo ao antagonismo entre as classes sociais, dando origem a um padrão de narrativa que privilegia as abordagens dos fenômenos estruturais, delineando, com isso, diferentes grupos sociais, dentre eles os negros, na oposição entre dominantes e dominados (Fonseca, 2007a, p. 40).

Mesmo as modificações impostas pela Nova História Cultural, que poderiam significar maior atenção à história da educação da população negra, não conseguiram preencher essa lacuna, embora sua abordagem critique veementemente o caráter utilitário das abordagens históricas que então havia, bem como a ênfase excessiva na evolução das ideias pedagógicas, valorizando as fontes primárias e fazendo com que o recorte dos objetos, do tempo e do espaço passem a ser mais circunscritos. Isso poderia, e muito, favorecer a pesquisa com recorte racial. No entanto, não é o que acontece:

No entanto, essa historiografia da educação construída a partir de recortes de objetos de pesquisa, de tempo e de espaço mais circunscritos, possibilitando um aprofundamento em vários aspectos do processo educacional, alterou muito pouco as interpretações tradicionalmente feitas em relação aos negros e à educação. As análises são construídas a partir de objetos bastante específicos que são interpretados a partir da delimitação de aspectos da educação e da sociedade, mas na maioria das vezes a questão racial não é considerada. Essa atitude mantém vivo certo imaginário que pressupõe a escola como espaço privilegiado da população branca e pouco tem contribuído para desmistificar a generalização responsável pela associação do negro com o escravo (Fonseca, 2007a, p. 31).

Soma-se a isso, a forma de a comunidade científica brasileira abordar questões relacionadas ao negro brasileiro. Há quase um senso comum sobre a impossibilidade de se estabelecer uma articulação entre o problema racial e as questões de classe no Brasil, o que encaminha os estudiosos da questão racial para a guetização,

fazendo com que os que priorizam análises marxistas “torçam o nariz” para estudos sobre a questão racial.

Segundo Munanga (1996, p. 80), para os intelectuais de esquerda, a visão do racismo é uma questão de classe, as desigualdades raciais são interpretadas como reflexo do conflito de classe e os preconceitos raciais são considerados atitudes sociais propagadas pela classe dominante, visando a divisão dos membros da classe dominada a fim de legitimar a exploração e garantir a dominação daquela sobre esta.

Mesmo Ianni (1988), estudioso das relações raciais no Brasil, e cuja orientação marxista se faz presente em seus trabalhos, consegue perceber o lugar secundário dado à questão racial nos estudos marxistas.

Com efeito, os clássicos do marxismo Marx, Engels, Lênin, Trostky e Gramsci, para mencionar alguns dos principais, não lidaram com a problemática racial; ou a questão racial nos seus escritos aparece em segundo plano. Aparece nas entrelinhas, porque de fato o marxismo estudou o modo capitalista de produção, as classes sociais, as leis de população, o exército de reserva, o exército ativo, a formação das classes, o proletariado, o campesinato etc. (Ianni, 1988, p. 182).

Para nós, qualquer análise que focalize somente a situação do negro sem relacioná-la com o contexto sócio-histórico e cultural é reducionista. Subtrair o preconceito e as discriminações dessa realidade, responsabilizando tão somente as modificações nos modos de produção da vida material, também se configura reducionismo. Concordamos com Cheptulin (1982, p. 287) quando afirma que

com efeito, o singular não existe em si mesmo independente do geral, mas unicamente em ligação orgânica, em unidade com o geral; não há fenômeno, ou forma sem conteúdos; cada forma possui um conteúdo, cada conteúdo, uma forma, portanto, o conteúdo e a forma existem sempre em ligação indissolúvel (Cheptulin, 1982, p. 287).

E os estudos de história da educação em Goiás, será que tem se constituído de maneira diferente? Têm analisado a situação da população negra? Ao me debruçar sobre esses estudos, a situação também é de invisibilidade. Uma primeira explicação pode ser buscada na própria incipiência dos trabalhos que abrangem a história da educação. Valdez e Barra (2012), ao realizarem o quadro de temáticas sobre as pesquisas da região, perceberam prioridades e lacunas:

Notamos a ausência de temáticas relacionadas à educação de crianças pequenas, aos trabalhos sobre jardim de infância, creches, orfanatos e outros. Também não

houve trabalhos direcionados à educação indígena na região, local em que historicamente habitavam vários povos indígenas e propostas de instituições educativas para crianças, como catequese, escola de navegação e outros. Outra ausência se refere a investigações, cuja prioridade temática abarcaria instituições educativas de caráter assistencial (públicas e religiosos): abrigos, colônias orfanológicas, asilos para órfãos, etc. Estudos que focam o ensino da educação física, ginástica e higienização também não foram encontrados. Desconhecemos ainda estudos sobre a Escola Régia, pesquisas referentes aos intelectuais goianos em diferentes períodos históricos e trabalhos que investigam a educação nos movimentos sociais (Valdez; Barra, 2012, p. 21).

Para além disso, inexistente uma tradição nos estudos sobre o negro em Goiás. Cabrera (2006, p. 180) fala que especialmente nesse estado há um vazio na temática sobre as culturas negras:

O negro, como sujeito da história, está ausente ainda dos estudos sobre a escravidão, que focalizam, principalmente, o dado massivo. Nas obras de Martiniano J. Silva *Sombra dos quilombos* (1974) e *Quilombos do Brasil Central*, (2003), há uma tentativa de mostrar alguns traços da vida cotidiana, mas esses ficaram sem conexão, como elementos dispersos. Brandão, em *Peões, pretos e congos* (1976), ressalta a identidade étnica dos camponeses minifundiários em Goiás, porém permanece dentro do grande tema social sobre o campesinato goiano e suas relações com o avanço do capitalismo na região. Outro estudo do autor, *A festa do santo preto* (1985), é uma descrição, nos limites do folclore, da festa da congada de Catalão (Cabrera, 2006, p. 180).

Valdez e Barra (2012) também identificam essa marginalidade temática, ao localizarem somente uma dissertação de mestrado que aborda estudos sobre a educação das crianças negras em Goiás, intitulada *Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)*, de Fernanda Franco Rocha. Nela, a autora, demarcando como período histórico a regulamentação da Lei do Ventre Livre em 1871 até a Proclamação da República em 1889, procurou compreender como foi a inserção da criança negra (do nascimento aos quatorze anos) na escola.

Quanto aos livros de história da educação, Bretas (1991) menciona a existência de um professor mestiço que iniciou suas atividades em Vila Boa a partir de 1788, e que encontrou dificuldades em se ordenar padre devido à sua condição de mestiço. Segundo o autor, nos registros desse professor de gramática latina, aparece a palavra "substituto", mesmo não havendo a cadeira de um professor titular, fato que só poderia ser explicado pela sua condição de mestiço.

Em outro livro de história da educação em Goiás, Silva (1975, p. 57), ao falar sobre o ensino particular e o público no século XIX, destaca o ensino promovido

por pessoas e instituições idealistas, dentre eles a “escola noturna destinada ao ensino de primeiras letras dos meninos pobres escravos, mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo”¹.

Temos ainda o livro *Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)*, organizado por Valdeniza Maria Lopes da Barra, que traz o capítulo “Percepções: o negro e a educação na Literatura de Viagem do século XIX”, o qual discute de que forma se deu o início do processo de constituição da educação em Goiás a partir de meados do século XIX e como a população negra se inseriu nesse contexto. A autora, trabalhando com viajantes europeus que passaram por Goiás, mostra como a visão desses viajantes era eurocêntrica. Por isso, tais viajantes caracterizavam os negros como desregrados, preguiçosos, beberrões, insensatos, indolentes, inconstantes. Em relação à educação, na visão dos viajantes, ela era desestruturada, precária, ineficiente, sexista, e não contemplava a população negra.

O fato é que a literatura especializada em história da educação de Goiás não tem dado a atenção que julgamos necessária às condições de inserção da população negra ao sistema de ensino. Nosso trabalho caminha no sentido de buscar elementos que sinalizem o projeto educacional para a população negra goiana no período de 1830 a 1930.

Por isso, nossa pesquisa buscar dar centralidade às questões relacionadas ao negro na história da educação de Goiás. Esta pesquisa pode ser considerada qualitativa, e a principal fonte de coleta de dados foi a análise documental. Concordamos com Pádua (2007, p. 154), que define a pesquisa documental como aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos (não fraudados). Esse tipo de pesquisa tem sido largamente utilizado nas Ciências Sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências. Na pesquisa documental, fontes primárias – documentos propriamente ditos – e fontes secundárias, como dados estatísticos, elaboradas por instituições especializadas e consideradas confiáveis para a realização da pesquisa, são utilizadas.

Merecem destaque ainda, entre as fontes documentais, os textos literários, as narrativas dos viajantes que estiveram no Brasil, sobretudo entre os séculos XVI e XIX, e os jornais. Somam-se a essa lista os documentos que ainda não receberam tratamento científico, como reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, como também impressos manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens.

Essas fontes podem, segundo a autora, se transformar no próprio objeto da pesquisa.

A imprensa pedagógica, o livro escolar, o caderno do aluno, o mobiliário, o uniforme, por exemplo, não servem apenas para nos fazer aproximar de um aspecto

¹ Lamentavelmente a autora não menciona a fonte de tal informação.

da realidade que estamos investigando, mas eles próprios – suas condições de produção e de circulação, seus usos, as transformações por que passaram ao longo do tempo – passam a interessar, pois dizem, também, sobre um passado educacional (Corsetti, 2006, p. 35).

Realmente tem sido frequente o uso de documentos nas análises, mas os historiadores da educação têm se esforçado por problematizar essas fontes, em vez de fetichizá-las, não acreditando que elas contêm “verdades”. “O trabalho a ser realizado exige que se persigam o sujeito da produção dessas fontes, as injunções na produção e as intervenções, isto é, as modificações e o destinatário desse material” (Corsetti, 2006, p. 36). Também não pode ser desconsiderado, na análise documental, o contexto sócio-histórico e cultural no qual foi produzido esse material e para quais grupos sociais eram destinados.

Desse modo, o trabalho do investigador centra-se na análise do conteúdo simbólico dos documentos, nas mensagens que estão, de algum modo, nas entrelinhas dos textos. A referência para a busca de informações foram as questões formuladas.

Neste trabalho, então, centramos atenção nos seguintes documentos: o jornal *Correio Oficial de Goyaz* e os relatórios dos presidentes da província. Para demarcar o contexto de produção desses documentos, os elementos considerados foram a abolição da escravidão, a organização de um sistema nacional de educação, a circulação das ideias liberais no Brasil, o movimento escolanovista e também a ascensão de ideias racistas na Europa e sua circulação no Brasil. O interesse que norteou a leitura dos documentos foi saber se existiu um projeto político-pedagógico para a educação/escolarização da população negra goiana.

2. A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA GOIANA NO JORNAL *CORREIO OFICIAL DE GOYAZ*

Para explicitar a importância do *Correio Oficial* como fonte de pesquisa, Ribeiro (2014, p. 74-75) afirma que ele estava submetido ao controle explícito dos setores hegemônicos da vida política regional. Era órgão oficial do governo da província, aquele que publicava os documentos oficiais, de relatório de governo a resultados dos exames do liceu, e também era o jornal de maior circulação e periodicidade mais regular ao longo de todo o período imperial.

Em sua primeira fase, o *Correio* circulou durante quinze anos (1837-1852). De 1852 a 1855, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *O Tocantins*, até que no ano de 1855 foi criada a *Gazeta Oficial de Goyaz*, em substituição ao *Correio Oficial de Goyaz*. Entretanto, em maio de 1864, o *Correio Oficial* voltou a circular em segunda fase, publicando conteúdos de caráter oficial, tais como peças oficiais do governo, trabalhos da assembleia provincial e resoluções das câmaras municipais.

O jornal deixaria de circular definitivamente em 1890, por ato baixado pelo governador da província, major Rodolfo Gustavo da Paixão (Borges & Lima, 2008).

No início de 1936, o *Correio Oficial* foi transferido para Goiânia, circulando pela primeira vez em 8 de abril, com homenagem a Pedro Ludovico Teixeira e saudação à nova capital, embora esta ainda nem existisse oficialmente, uma vez que isso só se concretizou em março de 1937. Em 1940, o *Correio Oficial* passou a denominar-se *Diário Oficial de Goiás*, nome que carrega até os dias atuais (Borges & Lima, 2008).

Neste trabalho, lemos e analisamos os exemplares dos jornais dos anos de 1837 a 1921², disponibilizados no site da Biblioteca Nacional. Utilizamos o próprio sistema de pesquisa do site para localizar trechos que trouxessem atos e reportagens relacionados à educação, à escravidão e ao negro goiano no período pós-abolição. Com suporte na literatura especializada na área da educação e das relações raciais, procuramos pelos termos abaixo relacionados:

Escravos	Escravo	escrava	Escravas	Escravidão	negros	Negro	Negra	negras
crioulos africano	Crioulo africana	crioula africanas	crioulas África	Pretos abolição	preto abolicio- nista	Preta abolicio- nismo	Pretas emancipa- ção	africanos manumis- são
alforria	alforriado	Ventre livre	senzala	qui- lombo	libertos	libertos	Liberta	libertas
cativo	cativeiro	servil	raça	racismo	educaci- onal	educa- ção	escolariza- ção	Ingênuos
profes- sor docente	professo- res docentes	professora discente	professo- ras discentes	aula aluno	aulas alunos	Escola Aluna	Escolares Alunas	instrução

Os dados mostraram, por um lado, a existência de alguns atos que esboçam certa preocupação e até mesmo tentativa de efetivação de ações educativas destinadas aos filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre, como o alerta sobre a necessidade de criação de instituições para a educação dos ingênuos³; os apontamentos das dificuldades práticas para a efetivação da educação dos ingênuos; os atos de incentivos e isenções fiscais para benfeitores de instituições destinadas à educação dos ingênuos; e os atos de autorização e criação de instituições direcionadas à educação de ingênuos e escravos. Por outro lado, houve uma completa ausência de preocupação, ou projeto, para a educação da população negra no período pós-abolição.

² Analisamos os jornais disponíveis no site da Biblioteca Nacional: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pesq=>>. Acesso em 01 de Maio de 2018.

³ Crianças filhas de escravizadas, nascidas livres em decorrência da Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).

No n.º 394, de 17 de novembro de 1871, desse periódico, há uma mensagem do Ministério dos Negócios e da Agricultura alertando sobre a necessidade de se organizar instituições para a educação dos contemplados pela Lei do Ventre Livre:

Circular – 1.ª secção – Rio de Janeiro. – Ministerio dos negócios da agricultura, commercio e obras públicos, em 3 de Outubro de 1872.

Illm. E Exm. Sr. – Convindo promover a organização de associações para a criação, tratamento, educação e estabelecimento de menores filhos de escrava, de que fala o art. 2.º da lei n. 2040 de 28 de Setembro ultimo, e desenvolver as instituições que existirem destinadas a este fim ou a emancipação dos escravos, cumpre que V. Ex. informe com urgência (*Correio Official de Goyaz*, n. 394, de 17 dez. 1871, p. 1).

Em 18 de setembro de 1880, um artigo tece críticas às dificuldades práticas da educação que deveria ser oferecida aos ingênuos, atribuindo isso à dificuldade de se indenizarem os senhores e também ao entendimento de como seria o modo prático dessa educação, seus custos e dificuldades de se calcular o número preciso de filhos de escravas. As considerações seguem no sentido de apontar as dificuldades para que a educação proposta na Lei do Ventre Livre realmente se efetivasse.

As sociedades particulares farão, presumimos nós, por varios motivos. O espirito de associação não tem entre nós bastante energia e desenvolvimento para que se possa contar com a sociedade, a que se refere a lei, a não ser em pequena escala. Demais, as vantagens concedidas a essa collectividade não compensão os trabalhos e o peso da empresa de criar e educar os filhos de escravas (*Correio Official de Goyaz*, n. 72, de 18 set. 1880, p. 3).

Como sugestão, o autor do artigo indica a criação de asilos agrícolas, onde os menores que fossem ali abrigados teriam chances de aprender e de se tornar operários eficientes.

Outro indício da quase inexistência das instituições destinadas à educação dos ingênuos pode ser verificado na edição de n.º 87 do *Correio Official* de 1879, contendo ofício destinado ao juiz de direito, que deixa entrever a falta de instituições que se ocupariam da educação dos filhos de escravas:

Pelo seo officio de hoje fiquei sciente de que até esta data só fora feito perante esse Juizo um protesto nos termos do art. 10 do Decreto n. 5195 de 1872, pelo conego Manoel José do Couto Guimarães, optando pela indemnização do ingênuo Francisco, filho de sua escrava Roza, que foi apresentado em juízo. Na falta de associa-

ção ou estabelecimento destinado para educação de ingênuos, poderá Vme. encarregar, como permite o art 64§1. do citado Decreto, a um particular, da educação do referido menor, sendo de esperar que o Governo seja auxiliado pelos particulares na difícil tarefa de criação e educação dos filhos livres de mulher escrava (*Correio Oficial de Goyaz*, n. 18, de 2 agos. 1879).

Para além do diagnóstico de que não havia instituições em número suficiente e das dificuldades práticas de criação dos espaços formativos, pode-se perceber uma tentativa de incentivar doações às instituições existentes através de isenção fiscal. Isso se mostra evidente no decreto n.º 5135, de 13 de novembro de 1872, arts. 64 e 69, publicizado no *Correio Oficial* n.º 60, de 11 de novembro de 1874, no qual estava isenta de impostos herança que fosse doada aos estabelecimentos destinados à educação dos filhos de escravas: “8.º Os legados a estabelecimentos de emancipação de escravos, e de educação de menores ingênuos, filhos de escravas”.

No sentido ainda de favorecer a criação das instituições destinadas à educação dos ingênuos, o cap. II, do decreto n.º 5690, de 15 de julho de 1874, trata das isenções de imposto para estabelecimentos que se ocupassem da educação dos filhos menores de escravas: “5. As caixas econômicas, monte-pies e sociedades de socorros mútuos; as sociedades de colonização, de emancipação de escravos, ou de educação de menores ingênuos, filhos de escravos” (*Correio Oficial de Goyaz*, n.º 8, de 3 fev. 1875, p. 1).

Foram raras, insuficientes, porém existiram instituições que se encarregaram, entre outras coisas, da educação dos ingênuos. Isto pode ser evidenciado na edição de n.º 18, de 2 de agosto de 1879, quando se noticia a criação da Sociedade Emancipadora que, segundo circular divulgada no jornal, tinha como propósito educar filhos de escravas:

Tendo-se fundado n’esta capital uma sociedade sob a denominação de – Emancipadora Goyana – com o duplo fim de manumitir escravos, criar e educar ingênuos, filhos de mulher escrava, e admitindo os Estatutos d’essa associação, aprovados em 2 do corrente, sócios e associações filiaes em toda a provincia, tenho a honra de dirigir-me em nome da sociedade, a V. S. solicitando o seu auxilio coadjuvante para ella.

Sobre essa sociedade, Barros (2013, p. 117) esclarece que ela foi criada por iniciativa do presidente Spínola, teve estatuto aprovado pelo ato n.º 2.332, de 5 de setembro de 1879, e estava sediada em Vila Boa, tendo como objetivo primeiro efetuar a libertação do maior número possível de escravizados/as. Como segunda finalidade, era propósito dessa sociedade prover a educação dos ingênuos.

Sobre a identidade de tal instituição, Ribeiro (2014, p. 117) esclarece que a Sociedade Emancipadora era mantida por doações dos setores mais abastados da

população que a ela se associavam. Essa sociedade aglutinava situacionistas e oposicionistas da cena política regional.

Na procura sobre sinais da educação da população negra e escrava em Goiás, encontramos um ofício autorizando a abertura de uma escola noturna pela Sociedade São Vicente de Paulo⁴, na Paróquia do Rosário, a fim de atender meninos pobres e escravos. Observa-se, em tal caso, que o termo utilizado para se referir às crianças, filhas de mães escravas, consideradas livres após a Lei do Ventre Livre, não era *ingênuo* ou *filho de escravas*, como largamente utilizado, mas *escravo*, dando a entender que mesmo aquelas crianças privadas de liberdade poderiam, em tese, frequentar as aulas.

Ao mesmo idem, idem, idem, de hoje [ilegível] e aprova a permissão [ilegível] a sociedade de S. Vicente de Paulo, para abrir no edifício onde funciona a escola do sexo masculino da parochia do Rosário nesta cidade, uma escola nocturna destinada ao ensino de 1.^{as} letras aos meninos pobres e escravos (*Correio Official de Goyas*, n.º 09, de 5 mar. 1887, p. 2).

Barra (2011, p. 45) já havia mencionado a referida instituição dizendo que, em um contexto sociopolítico ameaçado pela extinção da mão de obra escrava, era possível divisar a capacidade de inflexão de princípios estruturantes do projeto de formação da sociedade goiana dos anos de 1880, como de resto em todo o Império. A discussão sobre a obrigatoriedade escolar ganharia reforço frente à restrição de voto do analfabeto, ganhando visibilidade na criação de escolas noturnas para pobres, “que aliás poderiam funcionar aos domingos (Reg. 1884, art. 29. *Correio Official de Goyaz*, 23 jul. 1879, p. 3-4). “Em 1887 é aprovada a criação de uma escola para pobres e escravos com funcionamento no edificio da Sociedade de São Vicente de Paula” (*Correio Official de Goyaz*, 05 mar. 1887, p. 2).

Silva também noticiava a existência dessa instituição ao considerá-la como uma organização que oferecia instrução por meio de “escola noturna destinada ao ensino de primeiras letras dos meninos pobres escravos, mantida pela Sociedade São Vicente de Paula” (1975, p. 57).

Mesmo antes do ano de 1887 já se noticiava a possibilidade de essa instituição se ocupar da educação de ingênuos. Isso pode ser verificado no exemplar n.º 36 do *Correio Official*, de 6 de setembro de 1884, em que se verifica pedido de recursos para a Colônia Vicentina acima mencionada:

Ao 1.º secretario da assembleia legislativa provincial, enviando de ordem de s.ex. o sr. presidente da província para se presente a assembleia, o requerimento em que

⁴ Vale acrescentar que não encontramos na literatura sobre educação e relações raciais em Goiás menção à escolarização da população escrava nesse estado. O que podemos afirmar é que, ao menos, um ofício nesse sentido foi produzido.

o padre Francisco Ignacio de Souza pede para decretar-se uma subvenção de 200\$rs. mensais fundada a 7 kilometros d'esta cidade com o fim de recolher menores ingênuos e desvalidos e educa-los em letras, officios e trabalhos agrícolas.

Pedido que não obteve sucesso:

Por esta secretaria se publico, para conhecimento do interessado, que por aviso de 23 do mez p. passado mandou o ministério da agricultura, commercio e obras públicas declarar-se ao padre Francisco Ignácio de Souza, sobre cujo requerimento informou a presidência em data de 1.º de Agosto ultimo, que o mesmo ministério não tem verba, no orçamento, por onde possa auxiliar a colônia Vicentina, que o referido padre fundou n'esta província, para o fim de educar ingênuos e meninos desvalidos (*Correio Official de Goyaz*, n.º 12, de 18 out. 1884, p. 4).

A existência da instituição pode ser atestada por um trecho da edição de 1884, por meio de uma mensagem grafada no livro de visitas da Colônia Vicentina, feita por um visitante de nome Camilo Augusto Maria de Brito, que deixa entrever as condições modestas da instituição e sua finalidade. Ele fala em instrução profissional, cultura do terreno, pequenos colonos, como consta do seguinte trecho:

Livro de Vizitas da Colônia Vicentina 16 de Março de 1884.

Visitei hoje a colonia Vicentina, fundada pelo Rv. me sr.º padre Francisco Ignácio de Souza. Este estabelecimento é o resultado da iniciativa de um jovem sacerdote, que allia a sua nobre missão o mais acrisoiado zelo pela educação da infância dando-lhe a instrucção profissional. Não é preciso enaltecer o merito d'esta empresa humanitaria; basta ver-se no recinto de modesta habitação o conforto e alegria dos pequenos colonos, e a cultura do terreno feita por elles, para reconhecer-se que n'este ambiente de religião e de trabalho, a infância desvalida se robustece e encontra protecção (*Correio Official de Goyaz*, n.º 15, de 9 abr. 1884, p. 4).

De fato, achamos no *Correio Official* mais duas menções a essa escola noturna. A primeira num ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, “apresentando pedido do professor da escola primária da freguesia do Rosário, de objetos precisos para a dita escola e para a noturna” (*Correio Official de Goyaz*, n.º 99, de 27 dez. 1887). A segunda, no relatório do presidente Antero Cícero d'Assis, que trazia notícias do número de alunos que frequentava a escola noturna da Paróquia do Rosário (*Correio Official de Goyas*, n.º 426, de 27 jun. 1879):

Além das escolas publicas funciona na freguesia do Rosário d'esta capital, desde Janeiro do corrente anno uma nocturna para o sexo masculino, dirigida pelo professor da escola publica da mesma parochia do Rosário, no próprio edificio publico, a qual é frequentada por 29 alumnos: as despesas com a mesma escola até o

ultimo de Dezembro d'este anno correm por conta do inspector geral da instrucção publica conego Joaquim Vicente de Azevedo, que generosamente se offereceo para fazel-as.

Também no relatório apresentado no jornal pelo presidente Aristide de Souza Spinola se tem notícias da escola noturna⁵: “Continua a funcionar somente a da capital, regida pelo professor Jacinto Soares de Gouvea, na parochia do Rosario, frequentada por 14 alumnos” (*Correio Official de Goyaz*, n.º 30 de 14 abr. 1880).

Em visita do então presidente da província à escola da Paróquia do Rosário, é possível perceber pelo tom do discurso a baixa frequência dos alunos às aulas noturnas:

À noite S. Ex. visitou a aula nocturna, regida pelo professor Jacinto Soares de Gouvea, pouco frequentada, examinando alguns alunos e prodigalizando-lhes palavras de animação.

E' de lastimar que sendo tão avultado o numero de meninos que vagão pelas ruas contundindo com pedras os transeuntes, tão limitado seja o numero dos que frequentão a aula nocturna (*Correio Official de Goyaz*, n.º 49, de 6 agos. 1879, p. 4).

Voltando aos relatórios dos presidentes para verificar sobre a escola noturna da Paróquia do Rosário, encontramos três menções sobre ela no relatório de 1879, dando conta de que era subvencionada pelos cofres públicos e frequentada por 17 alunos e que era muito útil para a classe artística, que teria que se dedicar durante o dia aos “trabalhos da profissão” e que à noite “[...] deixando o escopo, a picareta, o buril, o martelo, o instrumento, enfim, do trabalho, em lugar de atirar-se a orgia, que enerva e deprava, vai procurar a instrução n'estes estabelecimentos”.

A frequência dessa mesma escola era de 14 alunos, segundo o relatório do presidente da província em 1881, que informava também que ela era mantida pela província, com 47 alunos matriculados e 44 frequentes. No entanto, não dá para afirmar, pelos dados, se esses alunos eram escravos ou não, considerando os objetivos da fundação da escola. Apesar de estar claro na documentação encontrada que a escola poderia ser frequentada por escravos, não encontramos nenhum indício de que, de fato, isso tenha acontecido.

Outra instituição que poderia ter recebido os ingênuos era a Companhia de Aprendizes Militares. O regulamento dessa instituição previa o recebimento dessas crianças, segundo o documento apresentado na edição n.º 95 do *Correio Official*, de 9 de dezembro de 1876: “§ 4. Com os ingênuos de que trata o art. 1, § 1. Da lei n. 2:040 de 28 de Setembro de 1871”.

⁵ Colônia Vicentina.

De acordo com Marin (2005, p. 37), essa instituição foi criada para abrigar filhos de escravas destinados ao estado, conforme previa a lei n.º 2.040, bem como crianças pobres ou abandonadas na visão dos governantes. Dois problemas seriam assim resolvidos: a falta de homens para o exército com a formação de um corpo permanente de soldados através do recrutamento voluntário; e a vadiagem e a malandragem nas ruas da capital da província ao dar ocupação ao grande número de crianças pobres e abandonadas (Marin, 2005, p. 37).

Em outra circunstância se percebe a existência da companhia pela visita do então presidente da província a ela. No relato, é possível perceber também sua rotina de funcionamento, porém, não há referência aos usuários desse local:

Visitas Presidenciaes – S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia visitou, no dia 04 do corrente, a Companhia de Aprendizes Militares. Chegando às 10 horas ahi demorou-se até depois do meio dia, assistindo a aula primaria, a trabalhos de gymnastica, evoluções militares, manejo e nomenclatura da arma, tecendo a banda de Aprendizes alguns pedaços e executando com prontidão e acerto a banda de cornetas todos os toques que lhe forão indicados.

S. Ex. mostrou-se satisfeito em geral com Srs. officiaes e empregados, notando que o estabelecimento poderia ser conservado em melhores condicções hygienicas (*Correio Official de Goyaz*, n.º 49, de 6 agosto. 1879, p. 4).

Barros (2013, p. 116) esclarece que a Companhia de Aprendizes Militares foi a primeira instituição instalada na província goiana. Em seu regulamento, estava prevista a possibilidade de receber os ingênuos entregues ao governo. Essa instituição foi criada pelo decreto n.º 6.304, de 12 de setembro de 1876, com o objetivo de educar menores para se tornarem soldados nos locais onde não houvesse arsenal de guerra. No entanto, a autora afirma não ter encontrado registro de nenhum ingênuo entregue a essa instituição.

Outra instituição goiana responsável por receber ingênuos foi a Colônia Blasiana. De fato, algumas situações nos jornais denotam isso. Na edição do *Correio Official*, de 12 de janeiro de 1884, há um ofício dando ciência do ingresso de um ingênuo em tal instituição:

Ao diretor da colonia Blasiana, em S. [ilegível], declarando ficar inteirado pelo seo officio de 5 do corrente de haver admitido na colonia o ingênuo Antonio filho da escrava Maria, pertencente a Venacio Vieira [ilegível], que faz renuncia dos serviços do mesmo (*Correio Official de Goyas*, n.º 1, de 12 jan. 1884, p. 5).

Marin (2005, p. 32) afirma que essa instituição foi fundada em 21 de abril de 1881, fechando suas portas em 1895. Nos quatorze anos de existência, recebeu um total de 43 crianças do sexo masculino. O autor informa que a instituição não recebia somente filhos de escravas, mas também órfãs e abandonadas, filhas da popu-

lação livre e pobre do município de Santa Luzia. Estima-se que tenha recebido entre dez e quinze ingênuos.

Outra instituição que poderia ter recebido ingênuos foi o Colégio Isabel, inicialmente direcionado à catequese de indígenas. Em documento apresentado ao jornal, no dia 26 de agosto de 1880, a instituição tornava possível a frequência também ali de filhos de escravas:

A matrícula também se estenderá aos ingênuos de que trata a lei de 28 de setembro de 1871, que tenham de ser educados pelo governo.

Os que assim forem matriculados aprenderão, como os aborígenes, as matérias ensinadas no collegio: primeiras letras, doutrina cristã, música e officios mecânicos. Alguns, completaria a educação primária, poderão ser aplicados aos trabalhos agrícolas e pastoris, excelentes para a transformação dos hábitos das tribos indianas, para os quaes foi creada a fazenda Dunbasinho (*Correio Official de Goyas*, n.º 68, de 01 out. 1880).

Marin (2009, p. 157) esclarece que, face à diminuição de crianças indígenas a partir do ano de 1879, o colégio passou a admitir algumas crianças nacionais com o objetivo de aumentar o intercâmbio cultural entre indígenas e civilizados. Todavia, o autor não menciona se entre os nacionais estariam os filhos de escravas.

Sobre o Colégio Izabel, Barros (2013, p. 112) encontrou o ofício n.º 52, de 22 de dezembro de 1879, emitido pelo então presidente de província Aristides de Souza Spínola, sugerindo ao Ministério da Agricultura que nesse colégio pudessem ser matriculados/as, além dos/as indígenas – público-alvo do estabelecimento de ensino –, os ingênuos, para que aprendessem as primeiras letras, a doutrina cristã, os trabalhos agrícolas e pastoris. Segundo o relatório 413 do presidente Spínola, a sugestão feita foi aceita pelo Ministério da Agricultura e, por isso, o Colégio Izabel de Dumbasinho passou a receber subsídios extras do governo imperial. Entretanto, a autora não encontrou evidências de que ingênuos tenham sido, de fato, matriculados nesse estabelecimento.

Houve ainda a Colônia Macedina que, segundo Barros (2013, p. 116), foi criada nas proximidades de Rio Verde, Jataí e Rio Bonito. No Relatório de 1881, o vice-presidente da província goiana anunciou a criação dessa instituição e afirmou que, “regulamentando o serviço interno da mesma colônia e a sua organização, é meu propósito abrir as suas portas aos ingênuos, e alli para elles e para os indígenas uma escola de instrução primaria e offinas de artífices”. Para a pesquisadora, considerando o anúncio de instalação, poucas foram as referências a respeito dessa instituição nos arquivos pesquisados. De nenhum deles consta a efetivação da escola de instrução primária para ingênuos e indígenas. No *Correio Official*, 19 referências foram encontradas sobre essa instituição, porém, nenhuma relativa à instrução de ingênuos.

Em síntese, os dados mostram que, em relação à educação da população

negra, no *Correio Oficial*, foi possível perceber um alerta da necessidade de se organizar instituições para a educação dos ingênuos, bem como uma crítica às dificuldades práticas da realização de tal tarefa, leis que ofereciam incentivos fiscais a quem subvencionasse ou abrisse essas instituições. Alarde também ocorreu em torno da fundação de instituições com finalidade de educar os filhos menores de escravas, e em torno da solicitação e da negação de verba para essas instituições. Poucas foram, de fato, as iniciativas de fundação de tais instituições e pouco alcance elas tiveram.

Não encontramos nenhuma passagem nos jornais, relatórios, leis, regulamentos que explicitasse a preocupação com a escolarização da população negra no período pós-abolição. Nossa hipótese é de que não houve uma preocupação oficial em Goiás nesse sentido. Fato corroborado por Barros (2013, p. 89), ao concluir que a “elite da província de goiana” não ignorava, em suas estratégias discursivas, a importância de incluir crianças, filhas de mães escravas, nascidas após a Lei do Ventre Livre, em instituição considerada propulsora do progresso e do desenvolvimento da província: a escola. No entanto, a autora pondera:

Os ingênuos não somente existiram em Goiás, mas parte da elite política e intelectual dessa província pensou, debateu e empreendeu ações para a educação deles. Educação que foi pensada como forma de assegurar a manutenção da sociedade como era, não somente tornando essas crianças menos rudes e bárbaras, mas as ensinando que o seu lugar na sociedade era o de boas trabalhadoras; mão-de-obra que deveria substituir os/as escravizados/as, os quais em breve seriam libertos. Porém, a realidade dos ingênuos em Goiás se misturou a de vários outros grupos de crianças – órfãos, desvalidos, e outros, e, por isso, os incentivos para a promoção da educação das crianças livres filhas de mães escravas foram utilizados como forma de tentar implementar a educação das crianças pertencentes às classes pobres de maneira geral (Barros 2013, p. 89).

Em nosso entendimento, entre discursos e atos, o que preponderou foi a omissão. Atos administrativos incentivaram a criação de escolas, determinações legais permitiram o recebimento das crianças nessas instituições, porém, como mostraram os dados, não se tem notícia, ao menos nas páginas do *Correio Oficial*, de efetivação dessa educação.

3. A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA GOIANA

Segundo Leite (2011, p. 53), os relatórios dos presidentes das províncias eram documentos nos quais os presidentes, ao longo do mandato, faziam uma exposição das atividades que efetuavam na administração da província goiana. Eram

pronunciamentos realizados anualmente na abertura dos trabalhos da Assembleia da Província, apresentando as ações tomadas pela administração provincial, direcionadas ora ao poder legislativo, ora ao Imperador ao fim de cada sessão.

De acordo com a autora, eles teriam o objetivo de apresentar a situação em que se encontrava a província nos âmbitos da tranquilidade pública, do Liceu, da catequese e civilização dos indígenas, da navegação fluvial, das obras públicas, da tipografia provincial, das câmaras municipais e da saúde pública.

Nos relatórios, ainda para Leite (2011), a representação da instrução como necessária e útil à ordem social, com acento em objetivos civilizadores, ordem e moral para o bem do estado, era explicitada. Por isso, verificava-se certa regularidade, nos relatórios, dos obstáculos que impediam uma real efetivação de um sistema de instrução pública de Goiás. A dificuldade no provimento de “cadeiras de instrução” refletia nos baixos ordenados oferecidos aos professores.

Todos esses elementos são importantes para fornecer um panorama da educação do período estudado. Contudo, este trabalho buscou evidenciar vestígios de grupos populacionais que frequentavam as escolas goianas no século XIX, principalmente escravos/negros/ingênuos.

Vale ressaltar que a questão da instrução pública aparece em todos os relatórios dos presidentes da província, tendo como locus o estabelecimento de uma legislação específica, a proposição de uma formação de professor, a criação da escola normal e do liceu, além de uma ampla discussão sobre a educação na província goiana, onde os dirigentes empreendiam ações procurando dotar a província de um sistema articulador de instrução pública (Leite, 2011). Para nós, é importante esclarecer como nos relatórios, que revelam pontos nevrálgicos da administração naquele momento histórico, a questão da educação/escolarização da população negra/escrava era abordada.

Uma primeira menção relativa à frequência de grupos específicos em aulas públicas de Goiás aparece no relatório do presidente José de Assiz Mascarenhas, de 1845, o qual esboça preocupação com uma educação que desse conta de ir além de ensinar a ler, a escrever, a contar e a saber a doutrina cristã, que desse conta também de qualificar para o trabalho, principalmente as classes populares, como evidencia o trecho abaixo:

[...] a instrução he o ponto de partida, e a base, em que deve assentar o edifício social, não fallo só da instrução que se costuma dar nas escolas, ler, escrever, contar, doutrina Christã, demais alguma cousa se precisa, he necessário inspirar aos meninos os princípios de Moral, o amor ao trabalho, o horror a preguiça, para a qual tanto nos atrahe a espantosa fecundidade deste solo abençoado (*Goyaz*, 1845).

O estado lastimável das aulas de instrução pública em Goiás é frequente em quase todos os relatórios. Exemplo do relato da precariedade da educação goi-

ana pode ser percebido no trecho do relatório de 1846, feito pelo presidente Joaquim Ignacio Ramalho:

O estado actual da Instrução Pública, com magoa vos digo não he satisfatório, nem tenho esperanças de que neste interessante objeto se possa em pouco tempo obter algum melhoramento. Os professores, salvas algumas poucas excepções não tem os conhecimentos necessários para desempenhar, seos deveres, e impossível será preencher todas as Cadeiras ceadas na Província, com homens professionaes, revestidos de todas as habilitações exigidas pela Lei em vigo. A falta de homens que exerção dignamente o magistério he hum mal, que afeta poderosamente o progresso da instrução. A legislação que regula essa matéria sendo ainda muito defeituosa, e imperfeita, reclama ser de novo examinada e corrigida (Goyaz, 1846).

O relatório de 1847 também traz um panorama do estado precário da educação na província de Goiás. Entre os dados, aponta os grupos populacionais que frequentavam as escolas:

Este importante ramo do serviço público apesar dos vossos cuidados, ainda se acha atrasado, muitas causas obtão ao seo desenvolvimento, que estão fora do alcance de medidas Legislativa e da Acção do poder Administrativo. Os pais de família, salvas algumas excepções, ou não estão bem persuadidos da necessidade da instrucción, ou lhes faltão os meios para derem a seos filhos huma educação regular. Pelos mapas remetidos trimensalmente a Secretaria do Governo, se observa que o número de alumnos que frequentam a Aulas não está em proporção com a população dos lugares, e os mesmos matriculados são pouco assíduos, salvos mui raros, filhos das pessoas mais abastadas ou mais esclarecidas (Goyaz, 1847).

Fica claro que uma parcela diminuta da população teve acesso à escola e, certamente, dessa parcela não fizeram parte os escravos, ou mesmo os negros livres, uma vez que essa instituição era mais frequentada pela parcela mais abastada da sociedade.

Também no relatório de 1852 verifica-se a diminuta frequência de alunos aos bancos escolares, quando o presidente evidencia em seu relatório que “escolas há, que são frequentadas por três, ou quatro alunos, entretanto que figura nos mapas respectivos um número assaz crescido de matriculados” (Goyaz, 1852).

No relatório de 1855 também é esboçada uma preocupação com a frequência dos alunos às escolas. A novidade apresentada, a qual justifica esse problema, busca responsabilizar a distância ou os pais das crianças: “As distâncias, a disseminação da população e o desejo dos pais de aproveitar os pequenos serviços de seus filhos são as principais causas da máxima parte deles não receber a instrução primária [...]” (Goyaz, 1852).

Um panorama dos frequentadores das aulas de instrução goiana no período estudado é apresentado no relatório de 1857, que descreve que naquele ano havia 26 aulas públicas de instrução primária para o sexo masculino e 7 para o sexo feminino. Essas aulas eram frequentadas por um total de 1.358 meninos e 178 meninas. Esse mesmo relatório responsabiliza a distância como elemento responsável pela baixa frequência dos alunos, ao considerar que “a maior parte dos meninos desta província não podem aproveitar do benefício da instrução primária por ser muito dispersa a população” (Goyaz, 1857).

Também o relatório de 1861 segue a mesma linha ao explicitar a baixa frequência às aulas, pois mostra que eram frequentes, naquele ano, 1171 alunos, 978 meninos e 193 meninas, ou como está impresso no próprio relatório: “não tem nada de completo esta estatística, porquanto de medidas escolas não se conhece a população; os inspetores não remetten os mapas com a precisa regularidade, e muitos não se dão ao trabalho de cumprir este dever” (Goyaz, 1861).

Já os relatórios de 1862 e 1866 responsabilizam a falta de interesse dos pais em encaminhar filhos à escola, como pode ser verificado nos trechos abaixo:

A instrução acha-se ainda tão pouco circumscripção, suas vantagens são tão pouco apreciadas em certas zonas da sociedade, que a frequência das escolas, onde as has é quase nula em relação ao censo da população. Dos alunos que se matriculão, apenas um terço tem frequência regular, que os mais são constantemente distraídos das escolas por seus pais e tutores, e aplicados a serviços domésticos e do campo. Daqui resulta que recebem instrução dois terços da população escolástica, ou adquirem na muito imperfeita e irregular (Goyaz, 1862).

A pouca frequência resulta 1.º da negligencia dos pais em mandarem instruir seus filhos; 2.º da distância em que muitos estão dos lugares em que é proporcionado o ensino; 3.º da falta de meios com que possam sustentar seus filhos, quer nas escolas primárias, quer no Lyceu (Goyaz, 1866).

Somente o relatório de 1869 deixa entrever, ao menos de forma implícita, a exclusão dos escravos das aulas públicas, e isto se dá quando o presidente Ernesto Augusto Pereira apresenta as estatísticas das pessoas que deveriam frequentar as escolas, excluindo escravos e indígenas:

E deplorável a frequência que se observa nas escolas da província, segundo as últimas estatísticas a província de Goyaz tem uma população de 240 mil almas, destas abatendo-se os escravos e indígenas e considerando-se exagerado o número poder-se-há considerar a população livre em número de 150 mil almas e sobre esse número calculando-se que 5 por cento sejam crianças em estado de frequentar as escolas, a frequência devia ser de 7:500 meninos e todavia devo vos declarar que segundo o relatório do inspetor geral da instrução pública somente 1:153 alumnos frequentão as aulas (Goyaz, 1869).

Também do relatório de 1870 consta que as aulas ministradas em Goiás eram franqueadas somente a pessoas livres:

Frequentão as 62 escolas providas 1328 alumnos, sendo 1000 do sexo masculino e 328 femininos, houve por tanto do anno passado para cá um aumento de 175 alumnos na frequência das escolas, a saber 160 do sexo masculino e 15 femininos esse aumento, porém e insignificante em relação a população livre da província que orça em 150 mil lamas (*Goyaz*, 1870).

Três outros fatos mencionados nos relatórios demonstram que a partir de 1871 se estabelece uma preocupação com a educação dos ingênuos (filhos de escravas), nascidos posteriormente à Lei do Ventre Livre. No relatório de 1876, relata-se a criação da Companhia de Aprendizizes Militares. Segundo Marin (2005, p. 37),

essa instituição foi criada para abrigar filhos de escravas destinados ao Estado, conforme previa a Lei n.º 2.040. Bem como crianças pobres ou abandonadas. Na ótica dos governantes, essa medida resolvia duas questões importantes. A primeira seria a formação de um corpo permanente de soldados, solucionando o problema da falta de homens para os exércitos, através do recrutamento voluntário. A segunda era dar uma ocupação ao grande número de crianças pobres e abandonadas que vadiavam e aprendiam malandragens nas ruas da capital da Província (Marin, 2005, p. 37).

O relatório de 1888 traz notícias sobre a fundação da Colônia Macedina, à margem direita do alto Araguaia e acima do Caiapó. Segundo o relato do então presidente da província, “regulamentando o serviço interno da mesma colônia e sua organização, é meu propósito abrir suas portas aos ingênuos, e ali para eles e para os indígenas uma escola de instrução primária e oficinas de artífices” (*Goyaz*, 1876). No entanto, não foi possível constatar se tal propósito foi concretizado, uma vez que não houve outras referências a essa colônia nos relatórios dos presidentes da província.

Todavia, no *Correio Oficial* encontramos 25 menções a Colônia Macedina, apesar de nenhuma delas se referir ao público a que era destinada ou a seu funcionamento. Entre as reportagens, aparece uma sobre a criação de uma linha de correio até a colônia, sobre a nomeação de oficiais e soldados para a colônia e sobre a agressão de indígenas a integrantes da colônia. Há ainda pedidos de medicamentos, ferramentas, artigos bélicos e construção de canoas para a colônia. O que não encontramos foi menção a atividades educativas da colônia, nem nos relatórios dos presidentes da província, nem nas reportagens do *Correio Oficial*, tampouco na literatura especializada sobre educação em Goiás do século XIX.

Um fato que pode demonstrar interesse na educação dos ingênuos é o anúncio da fundação da Colônia Blasiana, no dia 21 de abril de 1881, criada com a finalidade de “educar” os ingênuos, segundo esclarece Marin (2005, p. 33-35). A instituição funcionou no município de Santa Luzia entre 1881 a 1895 e acolheu um número estimado entre dez e quinze filhos de escravas.

A partir dos relatos dos presidentes das províncias, concluímos que as escolas goianas não foram abertas aos escravos e mesmo após a Lei do Ventre Livre em 1871, as iniciativas para educar os filhos de escravas eram esporádicas e ineficientes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a partir das análises das fontes, que a educação goiana no século XIX e início do século XX era excludente, e que leis, regulamentos e programas de ensino impediam a matrícula e a frequência de alguns grupos, dentre eles os escravizados, os que sofriam de moléstias contagiosas, repulsivas, graves ou incuráveis, os que não eram vacinados, os incapazes física e moralmente, os que sofriam defeitos físicos repugnantes, os imbecis e os que apresentavam defeitos orgânicos.

Pode-se constatar, então, que a escola pública goiana nasceu sob a égide da exclusão, oficializada na legislação educacional. Entre discursos e atos, o que, de fato, preponderou foi a omissão, pois foi possível encontrar atos administrativos que incentivaram a criação de instituições educativas, bem como determinações legais que permitiram o recebimento dessas crianças nas instituições, porém não se tem notícia, ao menos nas páginas do *Correio Oficial* e dos relatórios dos presidentes da província, do negro goiano. O que preponderava era a invisibilidade desse grupo.

REFERÊNCIAS

- Barros, Katia Alves Coelho Tertuliano. *Educação e “ingênuos” em Goiás 1871-1888*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão, Catalão, 2013.
- Borges, Rosana Maria Ribeiro; Lima, Angela Pereira de. História da Imprensa Goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG*, 5(2008): 68-87.
- Bretas, Genesco. Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- Cabrera, Olga. “As representações sobre as religiões afro-brasileiras no Ensino Médio em Goiânia e Aparecida de Goiânia (GO)”, in: Braga, Maria Souza; Pinto, Ana (org.) *Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religio-*

- sidade e educação quilombola. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, pp. 179-202.
- Cheptulin, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- Corsetti, B. A análise documental da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNIrevista*, 7(1): 32-46, 2006.
- Fonseca, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.
- _____. A arte de construir o invisível: o negro na história da educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, 13(2007b):11-50.
- Ianni, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- Leite, Maria das Graças Simão Dias. *Instrução Pública na Província de Goyaz: discursos e memória histórica*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.
- Marin. Joel Orlando Bevilaqua. *Crianças do trabalho*. Goiânia: UFG/ Brasília: Plano, 2005.
- _____. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *Revista de História Unisinos*, 13(2):154-167, 2009.
- Munanga, Kabengele. “As facetas do racismo silenciado”, in: Schwarz, L. M.; Queiroz, R. S. (org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 213-229.
- Padua, Elisabete; Matalo. M. “O trabalho monográfico como iniciação científica”, in: Carvalho. Maria Cecília M. de. *Construindo o saber - metodologia científica: fundamentos e técnica*. 2 ed. São Paulo, Papirus, 2007.
- Reis, Fábio Pinto Gonçalves dos Reis. *Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Ribeiro, Miriam Bianca do Amaral. *Cultura e história ensinada*. Goiânia: Editora da UFG, 2014.
- Silva, Nancy Ribeiro de Araújo. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente. 1975.
- Valdez, Diane; Barra, Valdeniza Maria Lopes da. *História da educação em Goiás: estado da arte*. *Revista de Educação Pública*, 21(45): 105-125, 2012.

DOCUMENTOS

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

- Barra, Valdeniza Maria Lopes. CD *Documentos da história da educação em Goiás*. REHEG: Goiânia, 2012.
- Goyaz, Programa de Ensino para as escolas primárias 1930, in: Barra, V. M. L. CD

Documentos da história da educação em Goiás. REHEG: Goiânia, 2012.

- Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1835, o exm. presidente da mesma provincia, Joze Rodrigues Jardim. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1846 o exm. presidente da mesma provincia doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1851 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Antonio Joaquim da Silva Gomes. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1853 o exm. presidente da provincia, doutor Francisco Mariani. Goyaz: : <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio que o exm. sr. dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia a 1º de junho de 1869. Goyaz<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado em 23 de maio de 1871 pelo Cônego Joaquim Vicente de Azevedo - Inspetor Geral da Instrução Pública, in: Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exm.o Sr. Dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1871. Goyaz<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1872. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1873. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1874. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1875. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, em 1º de junho de 1876. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>
- Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Augusto Crespo, presidente da provincia, em 1º de setembro de 1978. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>

Relatorio apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da provincia á Assembléa L. Provincial de Goyaz no dia 1o de junho de 1879. [n.p.]. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>

Relatorio apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da provincia á Assembléa L. Provincial de Goyaz, no dia 1º de março de 1880. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>

Relatorio apresentado pelo Ilm e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes – 1º Vice Presidente ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes em 10 de fevereiro de 1881. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>

Relatorio apresentado pelo Ilmo e Exmo Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-Presidente da Província, no ato de passar a administração ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1881. Goyaz: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>

ARTIGO RECEBIDO EM 01/05/2018; APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM 23/10/2018

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi identificar a política educacional para o negro goiano disposta nas páginas do jornal *Correio Oficial de Goyaz* e nos relatórios dos presidentes da província. Por um lado, os dados mostraram que estiveram presentes nas páginas do jornal discursos e atos governamentais e ações que sinalizaram um “projeto educacional” para a população negra. Entre elas é possível mencionar debates sobre a falta de instituições que abrigassem filhos de escravas; apontamentos sobre as dificuldades práticas para a efetivação da educação dessa população; atos de incentivo fiscal para os benfeitores das instituições destinadas à educação dos ingênuos; atos de autorização e criação dessas instituições e algumas esparsas ações nesse sentido. Por outro lado, mostraram uma completa ausência de preocupação com a educação no período pós-abolição.

PALAVRAS-CHAVE: Negros. Escolarização. Goiás.

ABSTRACT: The objective of the research was to identify the education policy for the black in Goiás, arranged in the pages of the newspaper *Correio Oficial de Goyaz*, and in the reports of the presidents of the province. On the one hand, the data showed that there were present in the pages of the newspaper speeches and government actions and actions that signaled an "educational project" for the black population. Among them we can mention: debates about the lack of institutions that harbor the children of slaves; notes on the practical difficulties for the effective education of this population; acts of fiscal incentive for the benefactors of the institutions destined to the education of the naïve; acts of authorization and creation of these institutions and some sparse actions in this sense. On the other hand, they showed a complete lack of concern for education in the post-abolition period.

KEYWORDS: Blacks. Schooling. Goiás.